

Arremedios urbanos na floresta

MARIANA CIAVATTA PANTOJA*

■ O papo hoje é sobre uma viagem recente que fiz. Passei quase todo o mês de setembro nas águas do rio Tejo, afluente do alto rio Juruá, hoje Município de Marechal Thaumaturgo. Vou contar aqui um pouco do que vi e ouvi.

A primeira parada, vindo de Cruzeiro do Sul, foi na sede municipal. Lá, por três dias esperei uma passagem para subir o Tejo, e enquanto isso fui encontrando, a cada instante e esquina, antigos conhecidos do seringal, ex-moradores da Reserva Extrativista do Alto Juruá que se mudaram para a “vila”. Ora, Mal. Thaumaturgo já não é tão pequeno assim. Seus modestos e aproximados três mil habitantes não revelam por si o quanto a localidade vem mudando: ruas e ramais adentram o território municipal, sempre acompanhados do que parece ser um processo inevitável quando o assunto é “desenvolvimento”: o desmatamento. Chegando de avião é possível observar áreas abertas no interior e também nas margens do rio Amônia. E a coisa não pára. Tanto na ida quanto na volta, vi máquinas trabalhando, abrindo e terraplanando ruas, postes de luz sendo firmados, escavadeiras cavucando. Coisas de cidade...

Outra coisa de cidade: o lixo. O que fazer com o lixo? Em Mal. Thaumaturgo não há um aterro sanitário adequado, como deveria haver numa



VISTA parcial da cidade de Marechal Thaumaturgo, onde o rio Amônia deságua no Juruá, “rio de muitas voltas” como o denominam os Kaxinawá

área tão ricamente biodiversa e considerada uma prioridade de conservação. Seus moradores e a natureza deveriam ter direito a isso: uma solução adequada para o lixo. Murilo, meu companheiro de viagem, filósofo e brasileiro, e morando por hora na sede dando aulas numa escola local, teve uma aventura recente na vila batendo-se pelo depósito dos couros de boi abatidos em outro local que não às margens do rio Amônia. Depois de uma

sessão na assembléia legislativa, com a presença de seus alunos, vereadores e do vice-prefeito, o poder público assumiu a responsabilidade de recolher os couros para o lixão da cidade.

Mas não é só isso. O lixo muda. Quanto mais urbana Mal. Thaumaturgo se torna, mais seu lixo também se urbaniza, mais contempla artigos industrializados, mais plásticos passam a fazer parte do que deve ser descartado na natureza. A questão dos resíduo-

os sólidos poderia ser acrescentada à das condições sanitárias e da poluição das fontes d’água. O que está acontecendo aos igarapés de Thaumaturgo? Há um maior, que desagua no rio Juruá, hoje praticamente um esgoto. E os outros? E as cacimbas, como convivem com as privadas? Perguntas incômodas, perguntas necessárias.

Mas por que mencionar apenas estes aspectos negativos? Em primeiro lugar, porque eles existem. Em segundo lugar, porque são re-

levantes. Não são exclusivos de Mal. Thaumaturgo, é verdade, mas estão lá. Claro está que esses aspectos não são o Município e que seus moradores têm apreço pelo seu local de moradia, e que por isso mesmo talvez esses temas deveriam ser uma prioridade na agenda municipal. Por que Mal Thaumaturgo não pode ser um município modelo em saúde pública e meio ambiente? Por que não?

Bom, vamos em frente, subamos o rio Tejo finalmente!



ÁREA queimada para plantio de roçado nas imediações da vila Restauração. Agricultura e pecuária são hoje atividades importantes para a manutenção econômica das famílias

Seguindo viagem, subindo o rio

Temendo o rio seco, mas com uma canoa boa de raso, subimos. Viajamos bem. Muita melancia nas praias do rio... No primeiro dia pernoitamos no Maranguape Velho, e no segundo dia, na hora do almoço, chegamos à casa de seu Milton e dona Mariana, algumas voltas abaixo da vila, em local por eles denominado “aldeia Sete Estrelas”. É, chegávamos à morada dos Kontanawa.

Os Kontanawa são um povo julgado extinto mas cujos descendentes hoje lutam pelo seu reconhecimento étnico e por um

território próprio. Nas florestas do Alto Juruá, se os ecos urbanos almejam se impor, as vozes nativas não são menos poderosas. O Município de Mal. Thaumaturgo abriga hoje três terras indígenas regularizadas (Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Jaminawa-Arara do Rio Bagé e Kampa do Rio Amônia), e tem mais duas lutando para existir, a Kontanawa e a Arara do Rio Amônia.

Permanecemos quase 20 dias na casa de seu Milton, dormindo uma noite e outra na casa de amigos e compadres na vila Restauração,

acima cerca de 20 minutos à pé. Por este caminho andamos, Murilo e eu, várias vezes, pra lá e pra cá, conversando sobre nossas impressões e sensações, formulando teorias e possibilidades. Um tema foi constante nas nossas divagações: urbanização da floresta. Que processo é esse que está em curso na vila Restauração, que num curto espaço de tempo, menos de 10 anos, passou de 20 para mais de 100 casas? Uma “thaumaturguização” da antiga sede de seringal, como definiu Murilo? Era quase impossível não sentir uma inquietação.



OSMILDO Kontanawa, cacique e pajé de seu povo na busca pelo reconhecimento étnico e por direitos territoriais

FOTOS/MARIANA CIAVATTA

ROBERTO REZENDE

Na vila Restauração

E a vida na vila Restauração é movimentada. A escola de primeiro e segundo grau abriga muitos alunos; só na vila são cerca de 70 crianças entre 0 e 10 anos. A escola é a principal motivação citada pelos pais e mães de família para a mudança para a vila, deixando para trás antigos locais de moradia, muitos deles em centros fartos de caça, frutíferas e roçados. Isto é um dado interessante. A vila, ouvimos diversas vezes, é um lugar onde o passadio é difícil, ou seja, a busca de rancho (caça ou pesca) para alimentar toda a família é uma tarefa que toma tempo e nem sempre é recompensada. Nem todos possuem criação de terreiro como alternativa, o que é justificado pela presença de ladrões de galinha na vila. É verdade que estávamos no verão, onde rastrear a caça é mais difícil. Mas também é verdade que a caçada com cachorros, ouvimos frequentemente, “está liberta”. O rio, que no verão deveria ser uma boa alternativa, estava pobre de peixes. As piracemas de que tivemos notícia no Juruá, lá nem deram sinal de vida. Moradores condenavam a técnica apelidada de “espeto”, uma mistura da zagaia com o uso de máscara de mergulho, que busca nas locas mais escondidas até os bodes mais miudinhos. Mercadorias também estavam escassas, apesar do setor comercial da vila estar em aparente expansão. Roçados, por sua vez, praticamente todos têm, o que garante a farinha, o milho, a banana – mas sem a carne, bom, na floresta não é visto como muita vantagem...

Um barulho frequente: marteladas e máquinas beneficiadoras de madeira. São as casas do crédito moradia do Incra, ao qual quase todos moradores já tiveram acesso. São todas de madeira serrada e cobertas de alumínio – materiais exigidos no contrato assinado pelos beneficiários. Têm uma metragem padronizada, mas muitos mora-



VISTA parcial da vila Restauração. Edificações de dois andares e de alvenaria começam a aparecer

dores investem recursos próprios e modificam o projeto original. É assim que surgem casas fartamente avarandadas, ou de dois andares, ou internamente muito amplas. As novas moradias são unanimemente saudadas como algo positivo, uma melhoria. Mas também há queixas.

Uma corrente é a falta de controle com que as madeiras para construção das casas foram extraídas. Ou seja, o impacto ambiental de uma política governamental desta natureza e dentro de uma Unidade de Conservação. Comenta-se que houve muito desperdício, que há muita madeira derrubada da qual se utilizou apenas parte, ficando o restante na mata, apodrecendo, virando “paú” (adubo). Pude ver alguns desses pedaços quando andamos (meu compadre Pedro, Murilo e eu) até o paranã do Machadinho, mais acima no Tejo. Moradores antigos da vila Restauração

queixam-se de que suas estradas de seringa foram invadidas e muita madeira foi retirada sem seus consentimentos – o que seria uma regra antiga de propriedade a ser seguida.

A meu ver, todo este processo teve e está tendo também implicações no padrão de distribuição dos moradores na Reserva. A sociedade de seringa sempre foi marcada por uma grande mobilidade de sua população humana, embora isso possa parecer contraditório com o controle que os padrões seringalistas deveriam exercer sobre seus trabalhadores, os seringueiros. Mas o fato é que o povo mudava muito de lugar, mesmo depois da Reserva criada, em 1990. Com as mudanças na economia extrativista, o aumento da atividade agrícola e pecuária e as políticas públicas de saúde e educação, os surgimento de empregos e outras oportunidades, bom, todo

aquele padrão de alta mobilidade começou aos poucos a se alterar. Escolas e postos de saúde começaram a atrair as pessoas; empregos e diárias também; os centros da mata começaram a ser abandonados em favor de locais mais acessíveis nas margens dos rios; equipamentos públicos nas margens favoreceram o surgimento de núcleos populacionais mais densos. A vila Restauração é parte desse processo. O que quero sugerir é que com o crédito, o padrão “vila” se consolida.

Este novo estilo de moradia vem acompanhado de uma outra forma de ocupação do espaço e de uso do ambiente e seus recursos. Pastos são investimentos, são custosos, e não são também transportáveis. As estradas de seringa não eram transportáveis, mas estavam em todo lugar! Agora, parece que as casas são construídas pensando numa fixação. O que parece é

que o lugar eleito é um misto de relações familiares e de percepção de indicadores de prosperidade. Como esta prosperidade é enxergada? Escolarização e um salário, como ouvi de alguns pais de família? O que mais? De toda forma, é digno de nota que todo este novo padrão de uso e ocupação do espaço vem acompanhado de impactos mais significativos sobre o ambiente e com consequências dramáticas para a floresta. E não só nas imediações da vila.

E tudo aquilo que víamos também nos fazia pensar sobre o ideal estético que os moradores têm do lugar onde querem morar: o que é um lugar bonito? A floresta, com suas árvores, é bonita? Que árvores se quer ter perto de casa: nativas ou domesticadas (frutíferas)? E num campo para gado, há beleza aí? O que mais apraz ao gosto estético das pessoas? São questões que dão o que pensar...

Visitando um “centro”

Fizemos uma visita a foz do Machadinho, distante, agora no verão, no nosso passo, seis horas de caminhada. Lá há doze casas, moradores que por motivos diversos não querem morar na vila. Um desses motivos é o gosto por morar na mata, o acesso favorável de rancho, a percepção de que morar na vila e manter um padrão de vida de qualidade significaria dispor de rendimentos monetários mais regulares. O crédito moradia também chegou lá, e lá mesmo as pessoas construíram suas casas. Uma outra situação, portanto, que merece um olhar mais atento.

Passamos dois dias lá, visitando algumas famílias e procurando conversar bastante. O assunto da vila Restauração, mesmo naquela distância, se fez presente. Alguns



NA foz do Machadinho, uma foto de despedida com a família de Mauri e Bilica, que lá nos recebeu tão bem!

moradores nos diziam do seu incômodo e preocupação com invasões: moradores da vila, diante da escassez nas matas de lá, recorrem ao Machadinho como seu mercado de carne. Em grupos vêm caçar e pescar nas matas e lagos do paranã,

logo o Machadinho deixará de ser um local tão favorável. E já era hora de voltar pra casa, descer o rio, seco como há muito não ocorria, diziam os moradores. O desmatamento da margem causa o assoreamento do Tejo, e não

logo o Machadinho deixará de ser um local tão favorável.

E já era hora de voltar pra casa, descer o rio, seco como há muito não ocorria, diziam os moradores. O desmatamento da margem causa o assoreamento do Tejo, e não

há mais vegetação para segurar a água, que vaza com incrível rapidez – eram alguns dos diagnósticos. De fato, arrastamos muita canoa para conseguir chegar na sede de Marechal Thaumaturgo. Saí de lá já com vontade de voltar para o Tejo. De estar mais com meus amigos Kontanawa, aos quais eu devo um Papo, e de pensar algo junto com a equipe de moradores-monitores da Restauração: como será que podemos colaborar na gestão daquele espaço? Que tal, pra começar, uma cartografia sócio-espacial participativa? A idéia fez brilhar os olhos de todos!

* Antropóloga com atividades de pesquisa na Reserva Extrativista do Alto Juruá desde 1991 e professora da UFAC